

EDF-SECRETARIA NAVAL S. N. E QUALIDADE

Termo de Referência 30/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

30/2026

718000-EDF-SECRETARIA NAVAL S. N. E QUALIDADE

Editado por

MATHEUS DUARTE DA SILVA

Atualizado em

29/04/2026 11:34 (v 0.4)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

21/2026

Processo Administrativo

63505.000461/2026-69

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 63505.000461/2026-69)

1.1. Aquisição de material elétrico nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	CATMAT	UF	QTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	<p>Lâmpada LED Bulbo (E27) 15W</p> <p>Temperatura de Cor: 6500K (Luz Branca Fria).</p> <p>Eficiência Luminosa: Mínimo de 90 lm /W.</p> <p>Fluxo Luminoso: Mínimo de 1350 lúmens.</p> <p>Fator de Potência: > 0,70.</p> <p>Índice de Reprodução de Cor (IRC): > 80.</p> <p>Vida Útil: 25.000 horas (padrão L70)</p> <p>Certificações: Selo INMETRO obrigatório e, preferencialmente, Selo PROCEL de eficiência energética.</p> <p>Normas Técnicas (ABNT): NBR IEC 62560, NBR 16026, NBR ISO/CIE 8995-1</p> <p>Regulamentação Nacional (INMETRO): Portaria INMETRO nº 144/2015</p>	624046	UN	80	R\$ 11,54	R\$ 923,20

02	<p>Lâmpada LED Tubular T8 de 9W (60cm) (Padrão de referência Philips CorePro/Essential ou Equivalente ou Superior)</p> <p>Tipo de Base: G13 (Padrão T8).</p> <p>Potência: 9W</p> <p>Fluxo Luminoso: Mínimo de 900 lúmens.</p> <p>Eficiência Luminosa: 100 lm/W.</p> <p>Temperatura de Cor: 6500K (Branca Fria).</p> <p>Fator de Potência: > 0,90.</p> <p>Vida Útil (L70): Mínimo de 25.000 a 30.000 horas.</p> <p>IRC (Índice de Reprodução de Cor): > 80.</p> <p>Tipo de Conexão: Unilateral</p> <p>Material do Corpo: Vidro ou Policarbonato com dissipador interno.</p>	468582	UN	200	R\$ 14,10	R\$ 2.820,00
03	<p>Refil Filtro Midea FPBTNB (Padrão Original Midea FPBTNB ou equivalente)</p> <p>Compatibilidade: Exclusivo para purificadores Midea modelos PBTBNB, PBTPNB e PBTCNB (Linha PBT).</p> <p>Tecnologia de Filtragem: Sistema composto por Carvão Ativado com Prata Coloidal e camadas de polipropileno.</p> <p>Vida Útil: Capacidade nominal de 3.000 litros ou 6 meses de uso.</p> <p>Vazão Nominal: Aproximadamente 60 a 72 litros/hora.</p> <p>Pressão de Operação: De 29 a 392 kPa.</p>	618272	UN	9	R\$ 91,37	R\$ 822,33
	<p>Conector Chuveiro em Porcelana 3 Polos 10mm²</p> <p>Material do Corpo: Porcelana Vitrificada de alta densidade, resistente a temperaturas de até 350°C.</p>					

04	<p>Configuração: 3 Polos (Fase, Neutro /Fase e Terra) com isolamento individual.</p> <p>Capacidade Nominal: Suporte para correntes de até 50A e tensões de até 600V.</p> <p>Conexão: Bornes em Latão Estanhado com parafusos de aperto em aço zincado, garantindo alta condutividade e resistência à corrosão.</p> <p>Bitola: Compatível com cabos de até 10mm², permitindo a fixação segura de fios rígidos ou flexíveis sem esmagamento excessivo.</p>	482552	UN	15	R\$ 11,87	R\$ 178,05
05	<p>Chuveiro Elétrico Advanced Multitemperaturas (Padrão de Referência Lorenzetti ou Equivalente ou Superior)</p> <p>Potência Nominal: 7500W.</p> <p>Tensão: 220V.</p> <p>Controle de Temperaturas: Multitemperaturas</p> <p>Pressão de Funcionamento: 10 a 400 kPa (1 a 40 mca).</p> <p>Grau de Proteção: IP24.</p> <p>Sistema de Aterramento: Compatível com dispositivo DR</p> <p>Conexão Hidráulica: Entrada de 1/2" BSP.</p>	441645	UN	10	R\$ 122,53	R\$ 1.225,30
06	<p>Painel LED de Embutir Quadrado 30x30cm 24W</p> <p>Potência: 24W.</p> <p>Temperatura de Cor: 6500K (Branca Fria).</p> <p>Fluxo Luminoso: Mínimo de 1680 a 1920 lúmens</p> <p>Tensão: Bivolt Automático (110V /220V).</p> <p>Fator de Potência: > 0,50</p> <p>Ângulo de Abertura: 120°</p>	624051	UN	50	R\$ 33,06	R\$ 1.653,00

	<p>Índice de Reprodução de Cor (IRC): > 80.</p> <p>Vida Útil (L70): 25.000 horas.</p> <p>Material: Corpo em alumínio</p> <p>Dimensões: Aproximadamente 300 x 300 mm</p>					
07	<p>Painel LED de Embutir Quadrado 62x62cm 40W</p> <p>Potência: 40W.</p> <p>Temperatura de Cor: 6500K (Branca Fria).</p> <p>Fluxo Luminoso: Mínimo de 3200 a 4000 lúmens</p> <p>Tensão: Bivolt Automático (110V /220V).</p> <p>Fator de Potência: > 0,90.</p> <p>Índice de Reprodução de Cor (IRC): > 80.</p> <p>Vida Útil (L70): 25.000 a 30.000 horas.</p> <p>Material: Estrutura em Alumínio</p>	624053	UN	20	R\$ 152,82	R\$ 3.056,40
08	<p>Cabo Flexível 2,5mm² 750V Azul (Padrão de Referência SIL ou equivalente ou superior)</p> <p>Cor da isolação: Azul</p> <p>Seção Nominal: 2,5mm².</p> <p>Tensão Nominal: 450/750V.</p> <p>Material do Condutor: Fios de Cobre eletrolítico</p> <p>Material da Isolação: Composto termoplástico polivinílico (PVC/A) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas).</p> <p>Temperatura Máxima: 70°C em serviço contínuo.</p> <p>Designação: 247 NM 02-C4 BWF-B ou 247 NM 02-C5 BWF-B.</p> <p>Certificações: Selo compulsório do INMETRO e marcação de conformidade gravada no corpo do cabo a cada metro.</p>	370747	ROLO 100M	2	R\$ 247,57	R\$ 495,14

09	<p>Cabo Flexível 2,5mm² 750V Preta (Padrão de Referência SIL ou equivalente ou superior)</p> <p>Cor da isolação: Preta</p> <p>Seção Nominal: 2,5mm².</p> <p>Tensão Nominal: 450/750V.</p> <p>Material do Condutor: Fios de Cobre eletrolítico</p> <p>Material da Isolação: Composto termoplástico polivinílico (PVC/A) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas).</p> <p>Temperatura Máxima: 70°C em serviço contínuo.</p> <p>Designação: 247 NM 02-C4 BWF-B ou 247 NM 02-C5 BWF-B.</p> <p>Certificações: Selo compulsório do INMETRO e marcação de conformidade gravada no corpo do cabo a cada metro.</p>	370750	ROLO 100M	2	R\$ 221,07	R\$ 442,14
10	<p>Abraçadeira de Nylon 4,8 x 300 mm</p> <p>Material: Nylon 6.6 (Poliamida 6.6) de alta resistência.</p> <p>Dimensões: Largura de 4,8 mm e Comprimento de 300 mm.</p> <p>Resistência à Tração: Mínimo de 22 kgf</p> <p>Temperatura de Operação: Suporte de -40°C a +85°C.</p> <p>Flamabilidade: Classificação UL94 V-2 (Autoextinguível).</p> <p>Proteção UV: Requisito importante para abraçadeiras na cor preta, garantindo que o material não resseque quando exposto à luz solar.</p> <p>Quantidade: Pacote selado com 100 unidades.</p>	631859	Pacote 100 Unidade	4	R\$ 27,83	R\$ 111,32
	<p>Bolsa em Lona para Ferramentas (400 x 200 x 300 mm) (Padrão de Referência Vonder ou equivalente ou superior)</p> <p>Material: Lona reforçada de dupla camada com tramas de alta densidade.</p>					

11	<p>Capacidade de Carga: Suporte para até 12 kg a 15 kg.</p> <p>Compartimentação: Mínimo de 10 bolsos externos e compartimentos internos para organização de chaves, alicates e fitas.</p> <p>Base Reforçada: Fundo rígido ou reforçado para evitar perfurações por ferramentas e garantir estabilidade quando apoiada no chão.</p> <p>Alças: Alça de mão em nylon com reforço de costura em "X" e alça tiracolo removível com almofada de ombro para transporte ergonômico.</p> <p>Fechamento: Zíper de nylon de alta resistência com cursor metálico reforçado.</p> <p>Dimensões: 400 mm (Comprimento) x 200 mm (Largura) x 300 mm (Altura).</p>	621541	UN	2	R\$ 131,24	R\$ 262,48
12	<p>Lâmpada Spot LED Quadrada 9x9 cm Direcional 5W</p> <p>Potência: 5W.</p> <p>Temperatura de Cor: 6500K (Branca Fria).</p> <p>Fluxo Luminoso: Mínimo de 350 a 450 lúmens</p> <p>Tensão: Bivolt Automático (110V /220V).</p> <p>Tipo: Direcional, com eixo que permita ajuste de ângulo de pelo menos 30° a 45°.</p> <p>Fator de Potência: > 0,50.</p> <p>Índice de Reprodução de Cor (IRC): > 80.</p> <p>Vida Útil (L70): 25.000 horas.</p> <p>Material: Corpo em Alumínio ou Polycarbonato de alta resistência com proteção contra raios UV (não amarela).</p> <p>Dimensões: Aproximadamente 90 x 90 mm</p>	617249	UN	20	R\$ 14,76	R\$ 295,20

13	<p>Pilha Alcalina AAA (Palito) (Padrão de Referência ELGIN ou equivalente ou superior)</p> <p>Tipo: Alcalina (Manganês/Dióxido de Zinco).</p> <p>Tamanho: AAA (LR03), popularmente conhecida como Palito.</p> <p>Tensão Nominal: 1,5V.</p> <p>Capacidade de Conservação: Mínimo de 5 a 10 anos de validade</p> <p>Segurança: Tecnologia 0% Mercúrio e 0% Cádmio em sua composição química</p> <p>roteção Antivazamento: Revestimento reforçado para evitar danos aos componentes eletrônicos dos aparelhos.</p>	246685	Embalagem 4 Unidade	10	R\$ 6,32	R\$ 63,20
14	<p>Passa Fio de Aço (Padrão de Referência Klein Tools 56331 ou equivalente ou superior)</p> <p>Material da Fita: Aço Mola de Alto Carbono com tratamento térmico</p> <p>Comprimento: 15 metros (50 pés).</p> <p>Largura da Fita: 1/8 de polegada (3,2 mm).</p> <p>Espessura da Fita: 1,6 mm (0,062").</p> <p>Resistência à Tração: Projetado para suportar puxamentos pesados sem deformar.</p> <p>Design da Caixa: Fabricada em polipropileno de alto impacto</p> <p>Ponta de Puxamento: Geometria de ponta fina (Slim Loop) para facilitar a passagem em eletrodutos já ocupados por outros fios.</p> <p>Marcações de Distância: Marcações a laser gravadas na fita (em pés) para medir o comprimento do conduíte durante a passagem.</p>	445154	UN	1	R\$ 24,60	R\$ 24,60
	<p>Bateria 9V Alcalina (Padrão de referência Elgin ou equivalente ou superior)</p> <p>Tipo: Alcalina (Manganês/Dióxido de Zinco).</p>					

15	<p>Referência: 6LR61 (padrão de alta performance).</p> <p>Tensão Nominal: 9V.</p> <p>Capacidade de Conservação: Shelf life de 5 anos</p> <p>Química Sustentável: Isenta de metais pesados (0% Mercúrio e Cádmio), em conformidade com as resoluções ambientais.</p> <p>Construção: Blindagem metálica reforçada para evitar vazamentos e oxidação dos contatos do aparelho.</p>	415869	UN	10	R\$ 14,31	R\$ 143,10
----	--	--------	----	----	-----------	------------

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*
- 1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) da Marinha de 2026 e no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000173/2026
 - II) Data de publicação no PNCP: 23/01/2026
 - III) Id do item no PCA: 59 a 73.
 - IV) Classe/Grupo: 6240, 4610, 5935, 4510, 6210, 6145, 5325, 5140, 6135, 5975.
 - V) Identificador da Futura Contratação: 718000-21/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

- 4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição técnica do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1.1. Os produtos fornecidos não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*), como mercúrio, chumbo e cádmio, especialmente no que tange às lâmpadas e pilhas, priorizando tecnologias que facilitem o descarte e a reciclagem.

4.1.1.2. Os materiais devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens individuais e/ou coletivas que utilizem materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, evitando o uso excessivo de plásticos não reutilizáveis e garantindo a proteção adequada durante o transporte.

4.1.1.3. Os componentes eletrônicos e de iluminação (LED) devem apresentar alta eficiência energética e vida útil prolongada, visando à redução do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos sólidos, devendo a contratada, sempre que solicitado, comprovar a conformidade com as normas técnicas brasileiras (ABNT/Inmetro) de desempenho ambiental.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Na presente contratação, será admitida a indicação das seguintes marcas e modelos como **referência de padrão de qualidade e desempenho**, conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP):

4.2.1.1. Iluminação LED: Marcas **Philips (Linhas CorePro/Essential)** ou equivalente, para garantir a manutenção do fluxo luminoso e eficiência energética (lm/W) superior, reduzindo custos de reposição precoce.

4.2.1.2. Cabeamento Estruturado: Marca **SIL** ou equivalente, visando assegurar a pureza do cobre e a resistência da isolamento térmica, conforme normas da ABNT, evitando riscos de superaquecimento nas instalações.

4.2.1.3. Aparelhos Hidroelétricos: Marca **Lorenzetti** ou equivalente, para assegurar a compatibilidade com as peças de reposição já existentes no estoque da Administração e durabilidade dos elementos de aquecimento.

4.2.1.4. Acessórios de Filtragem: Marca **Midea (Refil FPBTNB)** ou equivalente, devido à necessidade técnica de encaixe hermético e compatibilidade física com os purificadores já instalados, garantindo a qualidade da filtragem da água.

4.2.1.5. Ferramental e Equipamentos: Marcas **Vonder** e **Klein Tools** ou equivalente, justificadas pela necessidade de alta performance e segurança do operador em atividades de manutenção pesada, onde a resistência mecânica do material é fator determinante.

4.2.1.6. Energia Portátil: Marca **Elgin** ou equivalente, com o objetivo de padronizar a autonomia e a estanqueidade das pilhas e baterias, prevenindo danos por vazamentos em equipamentos sensíveis.

4.2.2. Justificativa para a indicação de marcas de referência:

4.2.2.1 Padrão Mínimo de Desempenho e Qualidade: A utilização de marcas como **Philips, SIL e Lorenzetti** serve como parâmetro objetivo para definir o nível de eficiência energética, fluxo luminoso e durabilidade esperado. Tais marcas possuem histórico comprovado de conformidade com as normas da ABNT e certificações do INMETRO, reduzindo o risco de aquisição de materiais de baixa vida útil que onerariam a Administração com substituições precoces.

4.2.2.2. Compatibilidade e Padronização Técnica: No caso específico do **Refil Midea FPBTNB** e dos componentes para **Chuveiro Lorenzetti**, a indicação é necessária para garantir a compatibilidade física e o perfeito acoplamento com os equipamentos e instalações hidráulicas já existentes no órgão, evitando adaptações que possam comprometer a garantia dos aparelhos ou causar vazamentos e danos patrimoniais.

4.2.2.3. Segurança das Instalações e dos Usuários: Materiais como **Cabos Flexíveis SIL** e **Conectores de Porcelana** são críticos para a segurança contra incêndios e curtos-circuitos. A referência a fabricantes que utilizam cobre eletrolítico de alta pureza e isolamento antichama é essencial para mitigar riscos ocupacionais e operacionais.

4.2.2.4. Ergonomia e Produtividade na Manutenção: A indicação de ferramentas e acessórios (ex: **Bolsa Vonder e Passa Fio Klein Tools**) justifica-se pela necessidade de equipamentos com resistência mecânica superior e ergonomia adequada para o regime de uso profissional, garantindo a integridade física dos agentes de manutenção e a celeridade nos reparos.

4.2.2.5. Princípio da Economicidade (Ciclo de Vida): Embora o custo de aquisição de marcas de referência possa ser ligeiramente superior a marcas genéricas, a economicidade é atingida pela maior vida útil dos itens (menor taxa de falha) e pela redução de gastos com mão de obra para manutenções corretivas constantes.

4.3. Margem de Preferência

O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de **10%** (dez por cento), prevista no **Decreto nº 11.890/2024** (ou decreto específico vigente para o setor de químicos/manufaturados), conforme disposto na **Resolução nº 01/2023** da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de **bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras**.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. O bem deverá ser entregue no seguinte endereço: Praça Barão de Ladário, s/nº, Ilha das Cobras, Rua da Ponte, s/nº, Edifício nº 23, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ. CEP: 20.091-000. Horário: de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 11h30 e de 13h30 às 16h00. Tel.: (21) 2197-7468 / (21) 99782-9137. E-mail: s.wagner@marinha.mil.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo de **90 (noventa) dias para bens duráveis** (como chuveiros, painéis LED e ferramentas) e **30 (trinta) dias para bens não duráveis**, contados a partir da entrega definitiva do objeto.

5.3.1. Independentemente do prazo legal, prevalecerá a **garantia do fabricante** caso esta seja superior ao prazo estabelecido no item 5.3 (ex: lâmpadas com 1 ou 2 anos de garantia).

5.3.2. A garantia abrange a substituição integral do produto que apresentar defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou disparidade com as especificações deste Termo de Referência, sem qualquer ônus para o Contratante.

5.3.3. Identificado o defeito, a Contratada deverá:

5.3.3.1. Efetuar a troca do item em até **15 dias úteis** após a notificação formal.

5.3.3.2. Arcar com todas as despesas de retirada, transporte e nova entrega dos materiais.

5.3.4. A assistência técnica, quando aplicável (especialmente para itens como o Chuveiro Advanced e Ferramentas), deverá ser prestada por rede autorizada do fabricante no território nacional.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.15. Rotina de Recebimento e Conferência Técnica:

6.15.1. Verificação de Conformidade Técnica: No ato da entrega, o fiscal deverá conferir se os materiais (como cabos, lâmpadas e disjuntores) possuem as marcações obrigatórias de certificação (INMETRO), potência, bitola e marca de referência solicitada, rejeitando sumariamente itens com embalagens violadas ou sem identificação do fabricante.

6.15.2. Teste de Funcionalidade por Amostragem: A critério da Administração, poderão ser realizados testes de funcionamento imediato em itens de iluminação (Painéis LED e Lâmpadas) e equipamentos (Chuveiro e Passa Fio), sendo que a identificação de um índice de falha superior a 5% (cinco por cento) da amostra poderá acarretar a rejeição de todo o lote entregue.

6.15.3. Controle de Recebimento e Estoque: O fiscal deverá atestar as notas fiscais apenas após a conferência quantitativa e qualitativa integral, registrando no sistema de controle de estoque a data de entrada e o prazo de garantia de fábrica de cada item, para fins de controle de futuras manutenções e substituições.

6.16. Rotina de Teste de Performance (Amostragem)

6.16.1. A Administração reserva-se o direito de realizar testes funcionais em uma amostra de até **5% (cinco por cento)** de cada item entregue, escolhidos aleatoriamente pelo Fiscal Técnico.

6.16.2. Os testes de performance consistirão, entre outros, nos seguintes procedimentos:

6.16.2.1. Itens de Iluminação (Lâmpadas, Painéis e Spots): Verificação de acendimento imediato, ausência de oscilação (flicker), uniformidade da cor da luz e integridade física dos drivers e conectores.

6.16.2.2. Condutores Elétricos (Cabos): Verificação da flexibilidade, integridade da isolamento e conferência da gravação obrigatória na capa do cabo (marca, bitola, norma e selo INMETRO).

6.16.2.3. Itens Hidráulicos/Elétricos (Chuveiro e Filtro): Inspeção visual de vedação e encaixe perfeito dos componentes e acessórios.

6.16.2.4. Ferramentas e Acessórios (Passa Fio e Bolsa): Teste de resistência mecânica básica (tração e flexibilidade no caso do passa fio e resistência de costuras/zíperes na bolsa).

6.16.3. Caso algum item da amostra apresente falha, vício ou desempenho inferior ao padrão de referência exigido, a fiscalização poderá:

6.16.3.1. Rejeitar o item individual e exigir sua substituição imediata;

6.16.3.2. Ampliar a amostra para **10% (dez por cento)** para verificar se o defeito é sistêmico no lote;

6.16.3.3. Rejeitar a totalidade do lote se o índice de falhas na amostra ampliada persistir, ficando a Contratada obrigada a substituir todos os itens no prazo estabelecido, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

6.16.4. Os testes que resultarem em destruição ou consumo da amostra (se houver necessidade de testes laboratoriais mais complexos) correrão por conta da Contratada, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021.

6.17. Rotina Documental e de Segurança

6.17.1. No ato da entrega, a Contratada deverá apresentar, além das Notas Fiscais, os seguintes documentos (em meio físico ou digital):

6.17.1.1. **Certificados de Garantia:** Termos de garantia individualizados para os itens de maior complexidade (Chuveiro, Painéis LED e Passa Fio de Aço).

6.17.1.2. **Manuais de Instrução:** Manuais originais em português para o Chuveiro Elétrico Advanced e o Filtro Midea.

6.17.1.3. **Comprovantes de Certificação:** Cópia simples dos certificados do INMETRO para os cabos elétricos, lâmpadas e dispositivos de proteção, comprovando a validade da certificação na data de fabricação.

6.17.2. A fiscalização verificará se os produtos apresentam as etiquetas de eficiência energética (Procel/INMETRO) exigidas pela legislação brasileira de eficiência energética para fins de sustentabilidade na administração pública.

6.17.3. Segurança do Trabalho e Transporte:

6.17.3.1. O descarregamento dos materiais nas dependências do órgão deverá ser realizado por pessoal da Contratada devidamente uniformizado e utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados (calçados de segurança e luvas), sob risco de interrupção do recebimento em caso de descumprimento.

6.17.3.2. Os materiais considerados inflamáveis ou químicos (como eventuais selantes ou polímeros de isolamento) devem estar acompanhados de suas respectivas Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), se aplicável.

6.17.4. O Fiscal Administrativo confirmará, em cada fase de pagamento, a manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa, através da consulta aos sistemas oficiais (SICAF ou portais de certidões).

6.18. Rotina de Gestão de Resíduos e Logística

6.18.1. Logística Reversa: No caso de pilhas, baterias e lâmpadas LED que venham a ser substituídas por defeito dentro do prazo de garantia, a Contratada será responsável pela coleta e destinação final ambientalmente adequada dos itens avariados, conforme a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**.

6.18.1.1. A Contratada deverá apresentar, quando solicitada, comprovação de que possui parceria ou plano de descarte junto a entidades de logística reversa ou recicladores licenciados.

6.18.2. Gestão de Embalagens: Todo o material resultante das embalagens (caixas de papelão, plásticos bolha, paletes e fitas) utilizado no ato da entrega e descarregamento deverá ser recolhido pela Contratada imediatamente após a conferência, mantendo o local de entrega limpo e livre de resíduos, salvo se houver interesse da Administração em manter as embalagens para armazenamento.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **2% (dois por cento)** dias.*

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras, o que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

9.28. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação*

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 12.515,46**. (doze mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade:00001;
- II) Fonte de recursos: 1050000144;
- III) Programa de trabalho: 174672;
- IV) Elemento de despesa: 339030; e
- V) Plano interno: G484MND01B4.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

13. ANEXO I

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 2 (dois) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente de *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo as sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

2.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da *relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
- 4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*
- 4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
- 4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
- 4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021

14. ANEXO II

Por meio deste instrumento, _____ (contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº ____/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio de Janeiro-RJ, na data da assinatura

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS DUARTE DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 10:46:39.

RODRIGO DE OLIVEIRA MACHADO

Membro da comissão de contratação

WAGNER DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 11:34:42.

LUIS GUILHERME FAULHABER DE OLIVEIRA RABELLO

Autoridade competente